



---

## Formação humana para ação no mundo: um olhar a partir de Hannah Arendt

---

POR JULIANNE LUIZA DA SILVA

juliannedjsm@gmail.com

### **Introdução**

A formação de jovens constitui-se num dos mais significativos desafios à educação escolar. Tal problemática tem sido objeto de discussão no campo da Filosofia da Educação, cujas elaborações tem colocado em destaque o sentido da ética no espaço educativo. Parte-se do pressuposto que a convivência permite a formação de si e do outro, que repercute na formação do mundo como espaço modificado pelas ações humanas. O enfrentamento dessa temática nos coloca ante o reconhecimento da educação integral como direito humano a uma formação que abarque a integralidade humana.

Para Arendt a educação ganha relevância, como possibilidade da continuidade ao mundo, só possível a partir da existência humana e de suas ações. Esse fato coloca em questão a formação humana, como preparação do sujeito para ser e fazer na sociedade. É nessa perspectiva que se compreende o sentido da Educação Interdimensional como possibilidade para integralidade do ser em sentido ético e moral, e que assim pode contribuir para o mundo. Nesse viés objetivamos apresentar a partir da visão de Arendt (ALMEIDA, 2011; ARENDT, 2011, LAFER, 2003) o significado da Formação Humana para a Ação no Mundo. Para isso, o trabalho aborda a problemática da crise da educação atrelada a existência humana e a continuidade do mundo, a relação entre ética, a educação moral e o bem comum, discorrendo sobre a educação para o agir e, por fim, se propõe a refletir sobre o sentido da formação interdimensional para a ação e continuidade do mundo. Tal elaboração resulta de pesquisas bibliográficas, ancoradas numa abordagem hermenêutica, da qual resultou a estruturação do texto em três partes, que abarcam as questões acima, a saber: *Existência Humana e Continuidade do*



## *mundo; Ética, Educação Moral e Bem Comum; e Formação Interdimensional para Ação e Continuidade do Mundo*

### **1 – Existência Humana e Continuidade do mundo**

Hannah Arendt (2011) aborda a problemática da crise na educação, reconhecendo que esta advém de um fenômeno mais amplo, que permeia a política, decorrente da perda de autoridade e de tradição. Tal crise é caracterizada pela referência ao fenômeno totalitário, como formas de dominação ideológica e desumana. Esse contexto fez perder os paradigmas políticos e morais que formavam a sociedade impedindo de elaborar regras que guiassem as ações modernas e ajudassem a compreender a história dos acontecimentos (Cf. LAFER, 2003, p.52).

O âmbito pedagógico atingido pela crise na educação é marcado por três pressupostos básicos reconhecidos por Arendt. O primeiro refere-se à existência de uma sociedade entre crianças, as quais governam a si mesmas, numa realidade marcada pelo primado e tirania do grupo, da maioria. O segundo está relacionado à influência da psicologia moderna, assentada nos princípios do Pragmatismo, que resultou na desvalorização do ensino, na negligência com a formação dos professores, que tem fragilizado a autoridade do professor. O terceiro trata da substituição do aprendizado pelo *fazer*, como pressuposto do mundo moderno, de que “só é possível conhecer e compreender aquilo que nós mesmos fazemos” (Cf. ARENDT, 2011, pp. 229-232). Diante desses pressupostos, Arendt analisa a perda da autoridade do professor, que se desfaz de suas responsabilidades para com a criança e para com o mundo, tornando-se treinador de habilidades e não promovedor de conhecimentos. Desse modo, perde-se a referência ao ensino do conhecimento, que se pauta em critérios utilitaristas e necessidades imediatas.

A ausência de exemplos valorativos que guiem as ações e ajudem a fazer compreender os fatos causa nas pessoas a perda da capacidade de reflexão, pois se não há nenhuma referência anterior, o futuro torna-se incerto e o presente basta por si só. Desta forma, cria-se um ser humano orientado por necessidades instantâneas e individuais, o qual



não possui perspectiva de futuro, nem perspectiva de coletividade. A perda dessa ponte entre o passado e o futuro afeta a dimensão humana e social dos indivíduos, de modo que os mesmos tornam-se supérfluos e afetam a estrutura social desarticulando a ideia de pluralidade.

Arendt demonstra uma preocupação com a continuidade do mundo, analisando o significado da existência humana, dividindo-a em duas esferas: a primeira refere-se a vida activa, da qual faz parte o trabalho, o fabricar e o agir, o que chama de *animal laborans* e *homo faber*; a segunda refere-se a vida contemplativa, da qual faz parte o pensar. É a existência humana que constrói o mundo e a história, os quais são constantemente transformados pelas ações do homem, que são ensinadas e aprendidas no decorrer da vida. Contudo, essas ações são limitadas: começam no nascimento e terminam na morte de um sujeito. Tal olhar conduz a autora no reconhecimento da *natalidade* como fundamento da educação, pois a cada nascimento o compromisso educativo com o ser humano se renova, da mesma forma que o mundo e a história seguem num ritmo contínuo. Desta forma, a maior tarefa da educação é conduzir os mais novos num mundo que já existe antes de seu nascimento e que permanecerá depois de sua morte, mas que precisa ser modificado por suas ações (Cf. ALMEIDA, 2011, p. 22).

O *trabalho* para Arendt é uma atividade que expressa a necessidade de sobrevivência do homem, que o realiza para saciar necessidades. O *fabricar* representa o ato de construção de um mundo estável que garantirá ao sujeito sua durabilidade. O *agir* refere-se à vida coletiva do homem, que sendo singular, vive no plural. Essa tríade constitui a *vida ativa* dos sujeitos e é através dela que os mesmos (re)criam o espaço que vive. Além delas há também a *vida contemplativa*, vista pela autora como fundamental, pois é o pensar que atribui “algum sentido àquilo que se passa no mundo” (Ibidem, p. 147). Dessa forma, Arendt não dá importância somente as ações feitas pelos sujeitos, mas preocupa-se com o sentido atribuído as mesmas. Essa inquietação decorre do fato de o mundo moderno conferir mais importância ao *animal laborans*, deixando de lado os outros princípios (cf. Ibidem, p. 24). Para a autora é necessário que todas



essas atividades estejam interligadas a fim de estabelecer um mundo comum, no qual o homem compartilhe interesses através das relações. Não interesses particulares, mas aqueles que são comuns, que fazem do mundo um lugar comum entre os sujeitos.

Para Arendt o mundo é o lar dos mortais e é construído pelos mesmos e por isso corre o risco de também tornar-se mortal. Segundo Arendt (cf. 2011, p. 243), o mundo já está “fora dos eixos” e por isso é necessário pô-lo em ordem. Nesse sentido, a educação é fundamental, pois os mais novos precisam conhecer o mundo como lugar a que pertencem, bem como, saber relacionar-se com outros pertencentes ao mundo. E não somente isso, mas ter a capacidade de dar continuidade ao mesmo, o que “não significa simplesmente manter o que já existe [...] mas intervir nele e renová-lo” (ALMEIDA, 2011, p. 28), colocando em pauta a questão da ação no mundo.

O sentido da ação em Arendt é inteiramente político e implica na relação contínua entre teorias e acontecimentos. Entretanto, essa ação política perde o sentido quando não há referenciais pautados na tradição, “em virtude da perda do senso-comum e da dissolução de valores”, e quando não há indagações para que seja explicitado, “em virtude da noção contemporânea de teoria”, o que implica no rompimento do passado com o futuro e na ausência de sabedoria (cf. LAFER, 2003, p. 58). Para compreender esse rompimento com a ideia de ação política é preciso compreender termos relacionados a essa temática como: política, liberdade, ação e autoridade, os quais interpretaremos relacionando-os à educação.

Consoante Arendt, a *política* ocorre em conformidade com o pensamento no plural, o que é oposto ao pensamento monológico, isto é, considerar o homem somente em sua individualidade. O pensar no plural, por sua vez, opera em favor do coletivo apontando no homem a capacidade de abandonar critérios individualistas e se colocar no lugar do outro, estando assim em conciliação com os outros (Cf. Ibidem, p. 60). Essa conciliação envolve uma dialética relacional, na qual se colocam ideias que em face a outras que lhe sejam contrárias gera um conflito, o qual precisa ser resolvido, processo que é mediado pelo diálogo no plural.



A *liberdade* é compreendida por Arendt como um elemento que surge do espaço que emana da política que permite a palavra e a ação, ou seja, é feita na relação com o outro. Tal liberdade política exige um espaço público para se manifestar, o que exprime uma ação dependente, tanto dos sujeitos, quanto da vida pública, formando assim a relação entre “palavra viva e palavra vivida” (Ibidem, p. 64). A *ação*, por sua vez, manifesta um conceito bem mais amplo do que a própria palavra. Agir para Arendt significa criar, mover, transformar, tudo em um processo contínuo (Ibidem). É interessante perceber o papel da educação em ambos os sentidos, posto que é ela quem forma agentes passivos ou ativos, presos ou livres. Cremos que a escola é também espaço de/para a liberdade, de expressão, de pensamento, de voz. Cremos que seja um ambiente no qual a palavra guia a ação, e que esta pode estender-se ao campo político, como era desejo de Arendt. Nesta perspectiva, é importante ressaltar o papel do educador como agente ativo e transformador desse espaço, mas também o papel do educando que atua em conjunto com aquele num processo recíproco e ininterrupto.

O contexto político da ação indicado por Hannah Arendt revela a essência da *autoridade*, que abarca a obediência, elimina o uso da força e possui relação de hierarquia. Esta última gera um impasse na ação política, que se interpõe ao diálogo igualitário. Porém, ela mostra-se necessária, principalmente em momentos de decisão, que pressupõem o uso do poder, desde que seja autêntico. Nesta perspectiva, a autoridade requer poder, dando início a uma ação conjunta (Cf. Ibidem). Esse tipo de autoridade pode ser claramente presenciado na escola, ficando por conta do professor ser exemplo de autoridade, a quem os alunos obedecem, não por medo ou obrigação, mas por uma relação de respeito e confiança. Respeito na medida em que considero o outro, nesse caso o professor como essencial para formação coletiva. Confiança na medida em que delego ao educador a responsabilidade de responder por todos.

Nesse processo de conhecimento e intervenção no mundo, os mais novos precisam ser guiados, ou seja, precisam de alguém que seja o mediador entre elas e o mundo. Para Arendt essa é uma função do educador, o qual deve ser capaz “não só de apresentar, mas também representar o mundo diante dos ‘forasteiros’” (ALMEIDA, 2011, p. 39). É



preciso apresentar o mundo porque não há como decidir sobre algo que não se conhece, e a ação no mundo provém de uma decisão. Representar o mundo é necessário, pois é através disso que os mais jovens estabelecerão a conexão entre o passado e o presente, a fim de dar continuidade a um futuro, garantindo assim a prosseguimento ao mundo. Como afirma Arendt (2011, p. 247): “A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e [...], onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo [...]”.

## **2 – Ética, Educação Moral e Bem Comum**

As questões apontadas acima colocam em evidência a questão da ética no campo educativo. Ao tratar da ética, logo nos remetemos a comportamentos e condutas corretas perante a sociedade. Entretanto, não refletimos sobre como o indivíduo internaliza esses comportamentos para colocá-los em prática. Tal problemática está atrelada a questões educativas, sociais e políticas. Esferas que se encontram interligadas, pois o sujeito é educado para agir em contexto coletivo e desenvolve ações políticas; estas refletem na educação, reformulando-a, e poderá atuar no agir do sujeito, modificando assim as suas escolhas e ações. Uma sequência que é infinita e coloca em evidência a importância do agir ético para o bem comum, ao passo que a influência da educação nesse processo, atua na formação de um sujeito ético. Nessa perspectiva, a educação tanto familiar, quanto escolar, possui a grande responsabilidade de desenvolver nas crianças e jovens atitudes que possibilitem agir considerando o mundo comum. No entanto, ainda é frequente se partir da ideia de que ética limita-se a condutas e comportamentos corretos; uma educação que apresente regras e normas a ser transmitidas e copiadas. Não é dessa ética educativa que tratamos aqui.

Manter uma postura ética em sociedade vai além de decodificar comportamentos e discursos, exige o que Arendt chama de “pensar no plural, que consiste em ser capaz de pensar no lugar e na posição dos outros em vez de estar de acordo consigo mesmo” (LAFER, 2003. p. 59). Essa visão envolve dois elementos inerentes ao ser humano, o *pensamento* e a *ação*. Sobre o primeiro, na perspectiva da ética e do bem comum, Arendt



ênfatiza a importância de pensar por si mesmo e alude sobre o risco que os indivíduos enfrentam nas sociedades de massa: viver sob a condição de obediência ou imitação, como sujeitos vivendo em um “não mundo”, ou seja, num ambiente sem relações (ALMEIDA, 2011, p. 53). Segundo Arendt, a ausência de vínculo decorre do processo de desertificação do mundo, no qual as pessoas são expostas a condições prévias para vida, não podendo escolher sua própria maneira de viver; expostas a dúvida a tudo que está no exterior, confiando apenas ao que se refere a si mesmo; e expostas ao problema da “autoeducação”, possuindo uma concepção egocêntrica (cf. *Ibidem*).

É nessa perspectiva que Goergen (2010, p. 159) afirma que atualmente há um mal-estar ético, “caracterizado pelas rápidas mudanças tendentes a reforçar o individualismo, o relativismo, o materialismo e o consumismo.” Princípios que são opostos a valores coletivos e a condutas do bem comum. Em uma sociedade que não estabelece relações nem princípios comuns, não há como existir a ética do bem comum, visto que cada ser estará voltado para si mesmo, sendo incapaz de pensar e agir conjuntamente.

Em resposta a essa problemática, própria da sociedade de massa, Arendt aponta o “*amor mundi*” como solução para uma sociedade ética. Esse amor não se reporta ao sentimento propriamente dito, mas a ação contrária às formas de totalitarismo. Essa inferência da autora, além de possuir objetivos éticos, possui pressupostos relacionados aos Direitos Humanos, de modo que, “dizer não” a qualquer forma de totalitarismo e a destruição do mundo, é ao mesmo tempo dizer sim a vida e a continuidade do espaço comum, bem como, reconheça a importância da vida singular e plural.

Por isso, para Arendt a atividade mais digna da *vita activa* é a ação que só faz sentido no mundo e na pluralidade. O *amor mundi* diz respeito à realização do ser humano, que sozinho pode muito bem ser *animal laborans* ou *homo faber*, mas sem se dirigir a outros por meio de atos e palavras deixa de constituir esse espaço comum que lhe permite tornar-se realmente humano (ALMEIDA, 2011, pp. 87-88)

Nota-se a importância dada à relação, esta como atitude indispensável a vida ativa e a constituição de uma ética para o bem comum. Bem como, é nítida a preocupação com o sujeito em sua particularidade, não o deixando perder sua essência humana. Precisa-se



ter, portanto, o cuidado com o mundo, com o bem comum e com as peculiaridades do sujeito.

Desenvolver uma ética que aposte na subjetividade para desenvolvimento coletivo é sem dúvida um desafio a todos, sobretudo, a educação. Goergen (2010) indica um novo contexto de ética na sociedade, que dificulta a autonomia e desconstrói a singularidade dos sujeitos através do processo de "mundialização totalizadora" que abarca "o sujeito que assume formas de ser, de pensar, de julgar e de agir contrárias aos mais elementares princípios do respeito, da tolerância e da justiça" (p. 167). Para o autor, é necessário resistir a essa "violência viral ou visceral da mundialização" (Idem, p. 168), através de mudanças de comportamentos e atitudes, e mudanças no pensamento de cada ser.

Trata-se de questão assinalada por Arendt, que reconhece o perigo que as pessoas correm ao tornarem-se dominadas por um sistema político/ideológico, e responsabiliza o totalitarismo pela destruição do indivíduo cidadão, moral e singular, tornando-o um ser supérfluo na sociedade. Em resposta a esse perigo a autora refere-se à ação política e ao reconhecimento da singularidade na pluralidade (Cf. ALMEIDA, 2011, pp. 104-108). Resistir as formas de mundialização ou de sistemas político/ideológicos que tendem a dificultar o bem comum e o desenvolvimento da singularidade em meio a pluralidade exige liberdade para agir no mundo e coragem para participar do mesmo. A liberdade envolve três aspectos: à vontade, como conceito que estimula a participação do sujeito na sociedade política, o potencial que precisa ser desenvolvido para que a ação aconteça, e a confiança nos novos sujeitos, acreditando que estes podem ser capazes de renovação (Cf. Ibidem).

Para Arendt (cf. ALMEIDA, 2011, p. 92), o espaço para a ação envolve a ética, as relações e o mundo comum deve ser o político. A ação política se refere ao exercício da cidadania, que não é praticada em espaço privado, mas político. Dessa forma, a educação é vista pela autora como um espaço "*pré-político*". No dizer de Arendt (2011, p. 238): "Normalmente a criança é introduzida ao mundo pela primeira vez através da escola. No entanto, a escola não é de modo algum o mundo e não deve fingir sê-lo; ela é, em vez





disso, a instituição que interpomos entre o domínio privado do lar e o mundo [...]”. É a escola (apesar de ser espaço privado) o primeiro ambiente que proporciona a socialização com uma diversidade de sujeitos, propiciando uma troca de relação favorável para construção dos indivíduos.

Nessa perspectiva, o exercício da participação no âmbito comum é um ato de coragem, visto que significa desprender-se do mundo privado e encarar a vida pública. Revela-se como uma coragem ética, ao passo que fomentar essa coragem nos sujeitos, constituindo-se também tarefa educacional. Nesse viés, cabe ao professor despertar nos mais novos o interesse em conhecer e a assumir o cuidado com um lugar que também é seu. Fomentar essa dupla responsabilidade nos jovens é uma difícil tarefa, visto que é necessário fazer com que os mesmos "sintam-se em casa" enquanto estão no mundo e por isso vejam sentido em cuidar do mesmo.

Esse sentir-se no mundo resulta de uma experiência formativa que pode ser definida como “educação moral”, como assinala Goergen (2010), ante o compromisso de oportunizar a compreensão da herança cultural, pois no atual contexto os indivíduos tem cada vez mais se distanciando da sociedade e criando suas próprias leis e normas, que muitas vezes dizem respeito somente a si e/ou ao seu grupo pertencente. Segundo o autor, isso acontece porque o "tempo social e o tempo interior encontram-se desarticulados, da mesma forma como se encontram desarticuladas a subjetividade e a socialidade" (GOERGEN, 2010, p.170).

Analisando esse fato à luz da visão de Arendt percebe-se que o sujeito não encontra o lugar que lhe é próprio no mundo, obrigando-o a isolar-se e criar o seu próprio mundo, tornando-se um sujeito estranho em sua própria casa, ficando dessa forma descuidado para com a mesma. Aqui caberia uma questão: será que a educação é falha na tarefa de apresentar o mundo aos jovens? Ou seria culpa da sociedade política que não acolhe os mais novos no espaço público?

Para Arendt “é fundamental que cada professor se identifique minimamente com algum aspecto do mundo que lhe cabe apresentar aos novos” (ALMEIDA, 2011, pp. 115-116).



Se o professor não reconhece nenhum sentido em sua função e não acredita no mundo, não conseguirá educar, de fato, para uma educação ética baseada em princípios do bem comum. É necessário que o professor contagie o aluno com seu *amor mundi*, o que só poderá acontecer através de suas posturas diante do mesmo.

Sob a perspectiva de ser exemplo o professor servirá como modelo ético e moral, que transmitirá esses conceitos através da educação e da ação. A escola, nesse sentido, é uma instituição que comporta vários agentes que intervêm diretamente na educação moral dos alunos. Como afirma Goergen (2010, p. 172): “a educação moral é da ordem do social que envolve todo o processo de socialização dos jovens com o qual a escola está, bem ou mal, incontornavelmente envolvida”.

Observa-se a urgência de uma ética educacional que abarque o sujeito e suas dimensões, tanto singular quanto políticas, que oportunize espaço para expressar suas peculiaridades dentro da liberdade pública, que exija coragem e ações morais dos indivíduos. Tal direcionamento não é algo simples, pois tratar desses assuntos é um ato arriscado, requer disposição, visto que envolve diferentes sujeitos. Contudo, é preciso arriscar-se e apostar neles para um mundo onde haja o bem comum, pois como afirma Arendt, “não podemos abrir mão nem do mundo nem das crianças” (ALMEIDA, 2011, p. 49).

### **3 – Educação Integral para Ação e Continuidade do Mundo**

Considerando que é através da *ação* – aprendida na relação com os outros, seja por palavras ou gestos – que o mundo ganha continuidade, conceituamos a Formação como elemento indispensável na vida do sujeito, e nesse processo a escola adquire especial significado. Como vimos, Arendt define ação como prática mobilizadora para mudança e continuidade do mundo. Dessa forma, compreendemos a dupla responsabilidade atribuída ao educador, pois o mundo está em formação e os seres que nele chegam estão em “estado de vir a ser”, o que implica no compromisso com a vida e com o mundo, pois os sujeitos precisam ser formados para conhecer o mundo e transformá-lo (Cf. ARENDT, 2011, p. 235). Isso exige uma preparação do sujeito para o mundo e uma



preparação do mundo para o sujeito, o que significa formar o indivíduo singular – vivendo coletivamente – de modo que possa constituir *quem é*, não se limitando ao *que é*. O *quem* para Arendt refere-se a personalidade singular, cuja descrição não é feita pela própria pessoa; já o *que* diz respeito as qualidades e defeitos que podem ou não serem mostrados (ALMEIDA, 2011, p. 97). Essa questão, no entanto, não constitui numa valorização do eu, mas na preocupação da singularidade no mundo.

As questões assinaladas possibilitam um significativo debate com a perspectiva de uma educação integral, e aqui tomamos como referência a visão de Educação *Interdimensional* desenvolvida por Costa (2008) e que tem fundamentado a programa de *Educação Integral nas Escolas de Referência* de Pernambuco<sup>1</sup>. Tal concepção formativa parte do reconhecimento de quatro dimensões do humano, as quais se revelam como fundamentais ao processo educativo:

1. o *logos*, a *dimensão do pensamento*, do conceito ordenador e dominador da realidade pela razão, ciência e técnica;
2. o *pathos*, a *dimensão do sentimento*, da afetividade, geradora da simpatia, a empatia, da antipatia e da apatia na relação do homem consigo mesmo e com os outros;
3. o *eros*, a *dimensão do desejo*, das pulsões, dos impulsos, da corporeidade, das emanções vitais básicas, do *élan vital*;
4. o *mytho*, a *dimensão da relação do homem com o mistério da vida e da morte*, do bem e do mal. (COSTA, 2008, pp. 16-17)

A concepção de Educação Interdimensional integra as dimensões acima, visando contribuir para uma formação integral do sujeito, vistas como capazes também de possibilitar aos indivíduos o desenvolvimento dentro de uma ética que guia sua vida. Nessa perspectiva, a escola é considerada como espaço propiciador dessa experiência e os professores como agentes fundamentais nesse processo de desenvolvimento pensante e ético. A formação assim concebida encontra-se entrelaçada a uma Educação para Valores.

---

<sup>1</sup> Para uma melhor compreensão dessa proposta educativa, ler o trabalho de MOURA (2012).



Trata-se de questão central à educação, concebida na sua integralidade. Nessa linha, Costa (2008) expõe a importância da mesma e afirma que os valores estão relacionados aos significados, pois são eles que determinam o que somos e que queremos ser; são os valores que estão inculcados em nossas decisões e ações. *Valor* para este autor é a atitude de colocar-se diante de si mesmo e avaliar suas ações e conhecimentos. Afirma-se aí a sua estreita relação com a educação e a posição do professor, que não é apenas um transmissor, mas um representante do mundo para os educandos, especialmente quando a relação com as práticas e vivências possibilita situações para que os valores sejam incorporados e vivenciados pelos estudantes (COSTA, 2008, p. 33). Educar para valores consiste em formar para ação, vinculada aos sentidos e a ética. Aos sentidos, pois é atribuindo valor a algo que conferimos importância, que definirá o *pathos* e o *ethos* por algo. Associa-se a ética, pois é através do valor que o sujeito designa o que e como fazer, bem como, assume uma atitude de auto-avaliação dos seus feitos.

Essas considerações relacionam-se com o sentido e continuidade ao mundo citado por Arendt. Acreditamos que a educação interdimensional pautada nessas dimensões pode ajudar na construção daquela singularidade dos sujeitos assinalado por Arendt, que atribui importância a construção de sentido constituído através da relação, visto que o mesmo não surge de dentro para fora, mas de fora para dentro. A educação se atrela ao sentido uma vez que possibilitado aos alunos construir, a partir do contato com a maneira de ver o mundo e da relação com o passado, sua própria forma de pensar, isto é, seu próprio sentido (Cf. ALMEIDA, 2011, p. 212).

À medida que a formação reconhece essas quatro dimensões, constituindo o ser integralmente, há maiores chances do mesmo tornar-se um sujeito que age a partir de princípios que conjugam elementos singulares e coletivos. Assim, a formação do ser une-se aos princípios da existência humana, cujas ações criam e recriam o mundo em que vivem. Nesse contexto, não há como descartar a importância da escola, dado que é nesta instituição que o sujeito se qualifica para agir publicamente, do mesmo modo que pode ser educado para uma vivência ética.

### **Considerações Finais**



A partir das reflexões apresentadas é possível compreender o sentido de uma educação que forme o sujeito integralmente. Nas questões propostas por Arendt, percebe-se que o sentido da história mudou e muda constantemente, e acreditamos que a educação assume um importante papel na constituição desse sentido, como uma das responsáveis por oferecer parâmetros que guiem as ações dos sujeitos no mundo. Ações estas que se pautem numa dimensão coletiva, objetivando o bem comum.

Acreditamos que a Educação *Interdimensional* pode auxiliar nessas questões favorecendo uma pedagogia assentada no reconhecimento do humano, apoiada numa visão integral do sujeito, por não estar focada apenas no cognitivo, mas preocupada com suas outras dimensões – sentimentais, espirituais, éticas e sociais. Perceber que a educação favorece a formação humana é essencial para compreender que a mesma é um horizonte infinito que inclui o indivíduo e sua completude. É tarefa da escola contribuir para o desenvolvimento do senso crítico no indivíduo, a fim de que ele tome consciência de seus atos enquanto singular e plural. Dessa forma será possível agir e dar continuidade ao mundo.

Tal direcionamento evidencia a importância atribuída ao papel do professor em assumir sua responsabilidade pelo mundo e pela formação dos mais jovens, proporcionando aos mesmos conhecimentos acerca de si mesmo, do outro e também do mundo através de atividades que possibilitem uma experiência com essa tríade de conhecimentos. Podemos dizer que conhecer a si mesmo é refletir sobre as próprias ações. O que Arendt chama de “pensar isoladamente”, conhecer o outro requer um contato e uma relação e conhecer o mundo exprime um saber que atualmente está desfigurado, que é o saber da tradição. Fomentar esses conhecimentos é um desafio ao professor, e conseqüentemente a escola.



## Referência

ALMEIDA, Vanessa Sievers de. **Educação em Hannah Arendt: entre o deserto e o amor ao mundo**. São Paulo: Cortez, 2011.

ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BRAYNER, Flávio Henrique Albert. Educação e “Regressão da autoridade”: uma discussão sobre diálogo e democracia a partir de uma sugestão de H.Arendt. In: **Educação e sociedade: a herança de um fim de século desencantado**. Recife: Ed. Universidade da UFPE, 2002.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. Educação. São Paulo, SP: Editora Canção Nova, 2008. (Coleção valores).

GOERGEN, Pedro. **Educação Moral e Cultura**. Estudos de Sociologia, Araraquara, v.15, n.28, p.159-175, 2010

LAFER, Celso. **Hannah Arendt: pensamento, persuasão e poder**. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

MOURA, Maurinúbia Monteiro de. **Formação humana e escolarização: um estudo da proposta formativa das escolas de referência de Pernambuco**. Caruaru: O Autor, 2012.